

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**INSTRUÇÕES GERAIS**

- I. Nesta prova, você encontrará 12 (doze) páginas numeradas sequencialmente, contendo 90 (noventa) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (09 questões), Atualidades (09 questões), Direito Constitucional e Ministério Público (09 questões), Direito Administrativo (09 questões), Direito Penal (09 questões), Direito Processual Penal (09 questões), Direito Civil (09 questões), Direito Processual Civil (09 questões), Direito da Infância e da Juventude (09 questões) e Tutela de Interesses Difusos e Coletivos (09 questões).
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 2 (duas) horas após seu início.
- VII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do ibfc, no prazo recursal contra gabarito.
- VIII. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- IX. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- X. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XI. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!.....
DESTAQUE AQUI**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**

Nome:

Assinatura do Candidato:

Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
<input type="checkbox"/>																								
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90										
<input type="checkbox"/>																								

RASCUNHO

Leia abaixo a parte inicial de um conto do famoso escritor argentino Julio Cortázar.

Continuidade dos parques

Havia começado a ler o romance uns dias antes. Abandonou-o por negócios urgentes, voltou a abri-lo quando regressava de trem a fazenda; deixava-se interessar lentamente pela trama, pelo desenho dos personagens. Essa tarde, depois de escrever uma carta a seu procurador e discutir com o capataz uma questão de parceria, voltou ao livro na tranquilidade do escritório que dava para o parque de carvalhos. Recostado em sua poltrona favorita, de costas para a porta que o teria incomodado como uma irritante possibilidade de intromissões, deixou que sua mão esquerda acariciasse uma e outra vez o veludo verde e se pôs a ler os últimos capítulos. Sua memória retinha sem esforço os nomes e as imagens dos protagonistas; a ilusão romanesca o ganhou quase em seguida. Gozava do prazer quase perverso de ir se afastando linha a linha daquilo que o rodeava, e sentir ao mesmo tempo que sua cabeça descansava comodamente no veludo do alto respaldo, que os cigarros continuavam ao alcance da mão, que além dos janelões dançava o ar do entardecer sob os carvalhos. Palavra a palavra, absorvido pela sórdida desunião dos heróis, deixando-se levar pelas imagens que se formavam e adquiriam cor e movimento, foi testemunha do último encontro na cabana do monte.

1) Como dito, o excerto que você acabou de ler pertence a um conto, isto é, um tipo de texto literário cuja linguagem é trabalhada pelo autor para que sejam alcançados determinados efeitos estéticos. As figuras de linguagem são poderosos recursos estilísticos que contribuem para a criação desses efeitos. No que se refere às figuras de linguagem, os trechos “de costas para a porta que o teria incomodado como uma irritante possibilidade de intromissões” e “além dos janelões dançava o ar do entardecer sob os carvalhos” constituem, respectivamente:

- a) personificação e comparação
- b) símile e prosopopeia
- c) personificação e símile
- d) personificação e prosopopeia
- e) símile e comparação

2) Ainda com base no texto, assinale abaixo a alternativa que apresenta erro por não trazer o acento indicativo da crase.

- a) “voltou a abri-lo”
- b) “regressava de trem a fazenda”
- c) “depois de escrever uma carta a seu procurador”
- d) “se pôs a ler os últimos capítulos”
- e) “ir se afastando linha a linha daquilo que o rodeava”

3) Considere as orações abaixo.

- I. Devem-se impor limites ao sensacionalismo.
- II. Tratam-se de questões polêmicas.
- III. Considerou-se, no julgamento, todas as provas apresentadas pela promotoria.

A concordância está correta somente em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Apenas II e III

4) Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

O Congresso acontecerá de 15 ____ 20 de novembro e as inscrições estarão abertas ____ partir da semana que vem. Os documentos devem ser enviados ____ secretaria.

- a) à – a – a
- b) à – à – à
- c) a – à – à
- d) a – a – à
- e) à – a – à

5) Assinale a alternativa em que a palavra deve ser, obrigatoriamente, acentuada.

- a) Prática.
- b) Negócio.
- c) Traído.
- d) Crítica.
- e) Capítulo.

6) Considere o período e as afirmações abaixo.

A imprensa é a voz da sociedade pois a denúncia de crimes e desigualdades mobilizam as pessoas.

- I. Observa-se o uso de metáfora.
- II. A pontuação está correta.
- III. Há um problema de concordância verbal.

Está correto o que se afirma somente em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e III
- e) Apenas II e III

7) Assinale a alternativa em que o período está de acordo com a norma culta.

- a) A cópia do atestado está anexo na documentação.
- b) Ele deixou claro, na palestra, sua opinião sobre a vinda dos médicos estrangeiros.
- c) O advogado está esperando a cerca de duas horas no salão.
- d) Fazem dois dias que não falo com ele.
- e) Gostaria de conversar com a diretora acerca do novo projeto.

8) Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

O rapaz foi embora da festa _____ foi _____ tratado pelos colegas?

- a) porque – mal
- b) porque – mau
- c) por que – mal
- d) por que – mau
- e) por quê – mal

9) Considere os períodos abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Os manifestantes, que praticaram atos de vandalismo, foram detidos.
- II. Os manifestantes que praticaram atos de vandalismo foram detidos.

- a) A pontuação está correta apenas em I.
- b) A pontuação está correta apenas em II, pois não se pode separar o sujeito do verbo.
- c) A pontuação está correta em I e II, que têm o mesmo sentido, sendo o uso das vírgulas uma questão estilística.
- d) A pontuação está correta em I e II, mas, no segundo, indica-se que todos os manifestantes praticaram atos de vandalismo.
- e) A pontuação está correta em I e II, mas, no primeiro, indica-se que todos os manifestantes praticaram atos de vandalismo.

10) Foi noticiado no site da Folha www1.folha.uol.com.br de 17.09.13: “Se o STF (Supremo Tribunal Federal) aceitar amanhã (20.09) a realização de nova análise de algumas sentenças de 12 dos 25 condenados no julgamento do mensalão, advogados de defesa apostam questionar especificamente o tamanho da pena nos casos de formação de quadrilha.” Leia as sentenças e assinale a alternativa correta:

- I. Além da eventual redução de penas, que pode levar à prescrição das mesmas, os condenados poderão ser absolvidos.
 - II. Caso consigam derrubar as condenações por formação de quadrilha, José Dirceu e Delúbio Soares ficariam com penas menores que 8 anos, quando é possível o cumprimento no regime semiaberto – hoje estão condenados ao regime fechado.
 - III. No semiaberto, o condenado precisa dormir no presídio, mas, com autorização da Justiça, pode trabalhar fora durante o dia.
- a) A afirmativa I está incorreta e as afirmativas II e III estão corretas.
 - b) A afirmativa II está incorreta e as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) A afirmativa III está incorreta e as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão incorretas.

11) Está no site da Folha www1.folha.uol.com.br de 16.09.13: “O Senado aprovou nesta segunda-feira (16.09) projeto que amplia a fiscalização do Legislativo sobre ações do governo federal.” Ainda sobre o tema. Leia as sentenças e assinale a alternativa incorreta:

- a) Pela proposta, as comissões permanentes do Senado passam a ter menos poderes para fiscalizar políticas públicas executadas pelo Executivo.
- b) O projeto altera o regimento interno do Senado para determinar a fiscalização.
- c) O projeto determina que cada comissão selecione uma ação do governo que esteja ligada à sua área de atuação.
- d) As comissões poderão requisitar informações ao TCU (Tribunal de Contas da União) e ao próprio Executivo, além de entidades da sociedade civil.
- e) Ao final do ano legislativo, a comissão deve apresentar relatório com o resultado da fiscalização.

12) Segundo consta no site www12.senado.gov.br de 07.08.13: “Plenário aprovou exclusão da aposentadoria compulsória e do afastamento com vencimentos integrais como punição máxima para juizes e integrantes do Ministério Público”. Dando sequência ao tema, leia as sentenças e assinale a alternativa correta:

- I. Uma modificação foi a possibilidade de colocar em disponibilidade, com subsídios proporcionais, magistrados ou membros do Ministério Público durante o período da ação judicial, no caso de cometimento de crimes hediondos e equiparados, corrupção ativa e passiva, peculato, na modalidade dolosa, concussão e outros ilícitos graves definidos em lei complementar.
 - II. O termo “colocação em disponibilidade” prevê que o agente público terá uma redução na remuneração e, por ficar vinculado à respectiva carreira, manterá os impedimentos. Entretanto poderá advogar ou prestar consultoria se for o caso.
 - III. A PEC 53 seguiu para a Câmara dos Deputados para aprovação. A principal intenção é a de eliminação dos privilégios concedidos a magistrados e membros do Ministério Público.
- a) A afirmativa I está incorreta e as afirmativas II e III estão corretas.
 - b) A afirmativa II está incorreta e as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) A afirmativa III está incorreta e as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão incorretas.

13) Foi noticiado na revista Veja edição 2334 de 14 de agosto de 2013 e nos principais meios de comunicação: “Estação de metrô de São Paulo, segundo a Siemens denunciou ao Cade, operava um cartel para combinar os valores das licitações”. Sobre as denúncias que envolvem o assunto, leia as sentenças e assinale a alternativa incorreta:

- a) Denúncias anônimas feitas à polícia alemã indicaram que a empresa Siemens por meio de uma subsidiária, usava contas na Suíça e em Liechtenstein para movimentar milhões de euros destinados aos bolsos de ministros e funcionários públicos em diferentes partes do mundo em troca de vantagens.
- b) A Siemens pagou bilhões de euros em multas e custas processuais depois da revelação de envolvimento em casos de propina. Para limpar sua imagem fez uma investigação interna em acordo com autoridades.
- c) Segundo consta, a Siemens recebeu denúncias feitas pelos próprios funcionários da subsidiária brasileira sobre a formação de cartel.
- d) Beneficiando-se de um acordo de leniência (isenção de penalidades para os denunciadores), a Siemens apresentou as denúncias ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.
- e) Foram completamente descartadas pela Siemens as especulações sobre a ocorrência de cartel em licitações do metrô e de trens urbanos de São Paulo, e em contratos do metrô do Distrito Federal.

14) Está no site www.g1.globo.com de 01/09/2013 atualizado em 09/09/2013 assim como foi divulgado no programa Fantástico da Rede Globo e nos principais meios de comunicação: “Documentos da NSA apontam Dilma Rousseff como alvo de espionagem”. Sobre o tema, leia as sentenças e assinale a alternativa correta:

- I. Documentos classificados como ultrassecretos, que fazem parte de uma apresentação interna da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, obtidos com exclusividade pelo Fantástico, mostram a presidente Dilma Rousseff e o que seriam seus principais assessores como alvo direto de espionagem da NSA.
 - II. Edward Snowden, ex-analista da NSA, deixou os EUA com documentos da agência com a intenção de divulgar o sistema de espionagem americano no mundo; foi quem denunciou.
 - III. Quem divulgou o escândalo foi o governo brasileiro que identificou através de seus meios de segurança em tecnologia, uma invasão a rede de computadores.
- a) A afirmativa I está incorreta e as afirmativas II e III estão corretas.
 - b) A afirmativa II está incorreta e as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) A afirmativa III está incorreta e as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão incorretas.

15) Está no site veja.abril.com.br de 21.06.2013, e foi noticiado em toda imprensa: “Movimento que organizou um protesto na capital paulista no dia 6 de junho contra o reajuste das tarifas de transporte cresceu, ganhou adesões em todo o país e tenta se afastar de vinculações partidárias.” Baseado no tema, leia as sentenças e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Oficialmente, o grupo (movimento passe livre) se define como apartidário e autônomo. Mantiveram o controle sobre as manifestações, conseguindo controlar o movimento como esperado, e seguindo a bandeira proposta inicialmente.
- b) Cerca de 500 manifestantes, segundo a Polícia Militar, participaram do primeiro ato em protesto contra o reajuste de 3 reais para 3,20 reais na tarifa de ônibus, trens e metrô em São Paulo.
- c) As manifestações ganharam dinâmica própria. Vândalos se aproveitaram da movimentação durante os protestos para saquear e atear fogo na porta de lojas, bancos, depredar o patrimônio público, tumultuar. Gerando violência e mal estar.
- d) Apenas um dia depois do primeiro protesto, o Movimento Passe Livre (MPL) convocou um ato maior, que teve adesão de cerca de 4.000 pessoas segundo a Polícia Militar (PM); desencadeando uma série de outros protestos pelo país.
- e) Além do público, a pauta também se ampliou e ficou difusa: protestou-se também por mais investimentos em saúde e educação; contra o aumento na tarifa de transportes, corrupção, gastos públicos com a Copa do Mundo, PEC 37, direito de se manifestar, violência policial entre outras bandeiras.

16) Foi noticiado no Jornal do Brasil www.jb.com.br de 01.09.2013: “Estados Unidos recuam no ataque à Síria. França diz que pode agir sozinha.” - Sobre o fato de o presidente americano, Barack Obama, deixar em suspenso a possibilidade de intervir militarmente na Síria, após o presidente sírio, Bashar Al Assad, aceitar o plano russo, decidindo dar uma oportunidade à diplomacia. Dando sequência ao tema, leia as sentenças e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A decisão do governo americano em recuar nos ataques à Síria, a reação da França e de Israel causaram inquietação em vários outros países. A situação é de tensão no Oriente Médio.
- b) O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, pediu ao Congresso para votar um ataque à Síria em resposta ao governo de Damasco pelo uso de armas químicas, eliminando qualquer intervenção imediata.
- c) O recuo americano agradou os israelenses, que não concordavam com a ação imediata do governo americano.
- d) Israel continua resistente em cumprir a promessa de impedir o Irã de fabricar uma bomba nuclear por meio da força militar.
- e) Navios da Marinha americana estavam posicionados e aguardando ordens para lançar mísseis.

17) Está registrado no site do Estadão topicos.estadao.com.br de 28.07.2013 e em toda imprensa mundial: “O papa Francisco encerrou nesse domingo, 28 de julho, a primeira viagem internacional do seu pontificado. Ele chegou ao Brasil na segunda-feira dia 22.07.” Sobre a visita do Papa Francisco ao Brasil e suas citações, leia as sentenças e assinale a alternativa **correta**:

- I. O Papa veio ao Brasil para participar da Jornada Mundial da Juventude. O Papa Francisco encorajou os jovens a mudar o mundo e questionar a política e os desafios sociais. Ressaltou a importância do diálogo.
 - II. No encontro, no Palácio São Joaquim, Francisco fez um alerta forte contra a violência da polícia no Brasil, referindo-se à chacina da Candelária cometida por policiais que deixou oito mortos em 1993.
 - III. O Papa falou sobre a estratégia de pacificação das favelas no Rio, alertando que, enquanto a desigualdade social não for resolvida, “não há paz duradoura”.
- a) A afirmativa I está incorreta e as afirmativas II e III estão corretas.
 - b) A afirmativa II está incorreta e as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) A afirmativa III está incorreta e as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão incorretas.

18) Está no site www.noticias.uol.com.br de 17.09.13: “O advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams afirmou nesta segunda-feira (16.09), que os CRMs (Conselhos Regionais de Medicina) querem intimidar os médicos brasileiros que trabalham como tutores dos profissionais selecionados pelo programa Mais Médicos, do governo federal”. Baseado no assunto, leia as sentenças e assinale a alternativa **correta**:

- I. O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde.
 - II. As vagas serão oferecidas prioritariamente a médicos estrangeiros interessados em atuar nas regiões onde faltam profissionais com a intenção de resolver o problema emergencialmente. Por isso o conflito com médicos brasileiros.
 - III. O programa prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais.
- a) A afirmativa I está incorreta e as afirmativas II e III estão corretas.
 - b) A afirmativa II está incorreta e as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) A afirmativa III está incorreta e as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão incorretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

19) Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil, **EXCETO**:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- c) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) Formar de uma comunidade latino-americana de nações.

20) Acerca dos **direitos e garantias fundamentais**, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- c) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- d) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- e) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente.

21) Considerando o texto constitucional, indique a opção **CORRETA** a respeito dos *direitos de nacionalidade e cidadania*:

- a) O brasileiro nato nunca perde a nacionalidade brasileira.
- b) Ao brasileiro naturalizado é vedado o alistamento militar obrigatório.
- c) O Estatuto do Estrangeiro poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- d) Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos em que houver expressa vedação constitucional.
- e) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

22) Relativamente às garantias e às vedações impostas aos membros do Ministério Público, pode-se afirmar corretamente que:

- a) A *inamovibilidade* garante ao promotor de justiça, de modo absoluto, a impossibilidade de remoção sem seu consentimento.
- b) Aos promotores de justiça é vedado exercer outro cargo ou função, inclusive o magistério, salvo, neste último caso, se estiver em disponibilidade.
- c) A irredutibilidade de subsídio garante aos membros do Ministério Público imunidade tributária de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- d) Aos membros do Ministério Público é vedado dedicar-se à atividade político-partidária, bem como receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo e honorários.
- e) A *vitaliciedade* é equivalente à *estabilidade*, posto que os membros do Ministério Público e os servidores públicos podem perder o cargo não só por decisão judicial, como também por processo administrativo e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

23) Nos termos da atual Constituição Federal, são condições de elegibilidade, **EXCETO**:

- a) Filiação partidária.
- b) Alistamento eleitoral.
- c) Domicílio eleitoral na circunscrição.
- d) Idade mínima de 35 anos para Senador.
- e) Idade mínima de 35 anos para Governador.

24) No que se refere a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Os recursos naturais da plataforma continental são bens dos Estados federados litorâneos.
- b) A edição de Lei Orgânica no âmbito municipal evidencia o exercício da capacidade de auto-organização conferida aos municípios pela atual Constituição Federal.
- c) A decretação de intervenção do Estado federado nos municípios, quando houver grave comprometimento da ordem pública, será feita por meio de ação direta de inconstitucionalidade interventiva proposta pela Procuradoria Geral do Estado.
- d) A criação de Estado federado processa-se mediante consulta à população diretamente envolvida, por meio de plebiscito, após a divulgação de estudos de viabilidade estadual, e aprovação pela respectiva Assembleia Legislativa, dentro do período determinado por lei complementar federal.
- e) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado federado realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e em até vinte dias após a proclamação do resultado, em segundo turno, se houver, no caso de Estados com mais de quatro milhões de habitantes.

25) Segundo o texto expresso da Constituição da República, são princípios institucionais do Ministério Público:

- a) Legalidade, publicidade e auto-executoriedade.
- b) Legitimidade, legalidade e autonomia funcional.
- c) Unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- d) Probidade administrativa, autonomia administrativa.
- e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de salários.

26) De acordo com a disciplina prevista na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), são órgãos de execução do Ministério Público, **EXCETO**:

- a) Os Promotores de Justiça.
- b) Os Procuradores de Justiça.
- c) O Procurador-Geral de Justiça.
- d) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- e) O Conselho Superior do Ministério Público.

27) De acordo com a disciplina prevista na Lei Orgânica do Ministério do Estado de São Paulo, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento disciplinar contra membro do Ministério Público.
- b) O Procurador-Geral de Justiça será escolhido pelo Conselho Superior do Ministério Público, dentre os Promotores de Justiça integrantes de lista sêxtupla, para mandato de quatro anos, proibida a recondução.
- c) Os Centros de Apoio Operacional são órgãos da Administração do Ministério Público, que integram as Procuradorias de Justiça.
- d) As Procuradorias de Justiça são órgãos de investigação do Ministério Público, com cargos de Promotor de Justiça.
- e) O Corregedor-Geral do Ministério Público será nomeado por ato do Governado do Estado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28) A respeito dos princípios gerais informadores do Direito Administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A *eficiência* assegura a todos, nos âmbitos judicial ou administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade na sua tramitação.
- b) A *moralidade administrativa* corresponde à prerrogativa da Administração consistente no dever de buscar o atendimento das finalidades legais no interesse da coletividade.
- c) A *supremacia do interesse público* significa que o agente público, no exercício da função administrativa, deve dar maior importância os interesses particulares, sejam eles próprios ou de terceiros.
- d) A *legalidade administrativa* constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais dos cidadãos, que não poderão ser obrigados a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- e) A *impessoalidade* pode ser desdobrada em *absoluta* e *relativa*: a primeira relaciona-se com a imparcialidade, isto é, a vedação de favoritismo; a segunda reconhece a aplicação da impessoalidade no exercício do funcionário de fato.

29) Analise as seguintes afirmações, referentes à Administração Pública:

- I. É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- II. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- III. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- IV. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

30) Segundo as disposições da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993), a “modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação”, é denominada:

- a) Leilão.
- b) Convite.
- c) Concurso.
- d) Concorrência.
- e) Tomada de preços.

31) “Na técnica do Direito Administrativo, _____, em sentido amplo, designa a pessoa física que presta serviço ao Estado ou às entidades da Administração, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos”.

Para que esta afirmação seja correta, a lacuna deve ser preenchida com a seguinte expressão:

- a) Agente político.
- b) Órgão público.
- c) Servidor público.
- d) Função pública.
- e) Particulares em colaboração com o Poder Público.

32) O ato negociado, unilateral e discricionário, pelo qual a administração consente que o particular se utilize de bem público no interesse próprio e também coletivo, denomina-se:

- a) Concessão de uso.
- b) Permissão de uso.
- c) Autorização de uso.
- d) Servidão administrativa.
- e) Requisição administrativa.

33) Caso um veículo oficial do Ministério Público do Estado de São Paulo, conduzido por motorista a serviço da Subprocuradoria Geral de Justiça, envolveu-se em acidente de trânsito, causando dano a terceiro. Na ação de indenização proposta pela vítima, deverá figurar no polo passivo da demanda:

- a) O Estado de São Paulo.
- b) O Procurador Geral de Justiça.
- c) A Procuradoria Geral de Justiça.
- d) O Ministério Público do Estado de São Paulo.
- e) A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

34) Segundo a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão nas seguintes sanções, EXCETO:

- a) Pena de reclusão.
- b) Ressarcimento ao erário.
- c) Perda da função pública.
- d) Indisponibilidade dos bens.
- e) Suspensão dos direitos políticos.

35) Na concessão de serviços públicos, o poder concedente, que corresponde aos vários entes estatais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), transfere à pessoa jurídica ou consórcio de empresas:

- a) A utilização privativa de bem público.
- b) A titularidade e a execução de serviços públicos.
- c) Os bens necessários à prestação de serviços públicos.
- d) Apenas a titularidade dos serviços públicos, mas não a sua execução.
- e) Apenas a execução de serviços públicos e continua com a titularidade.

36) O controle financeiro é aquele relacionado com a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública direta e indireta, ou de qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos. Assim, considerando as disposições constitucionais sobre o tema, esse controle é exercido pelo:

- a) Poder Judiciário com auxílio do Tribunal de Contas.
- b) Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas.
- c) Poder Judiciário com auxílio do Ministério Público de Contas.
- d) Poder Executivo com auxílio do Ministério Público de Contas.
- e) Poder Legislativo com auxílio da Procuradoria Geral do Estado.

DIREITO PENAL

37) Acerca da extraterritorialidade da lei penal e sua disciplina pelo Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil e desde que entre no território nacional, não tenha sido absolvido ou não tenha cumprido pena no estrangeiro.
- b) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiro, ainda que absolvido ou condenado o agente no estrangeiro.
- c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a Administração Pública por quem está a seu serviço, ainda que absolvido ou condenado o agente no estrangeiro.
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, desde que o agente entre no território nacional, não tenha sido absolvido ou não tenha cumprido pena no estrangeiro e o fato também seja punível no país em que foi praticado.
- e) A pena cumprida no estrangeiro não interfere na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

38) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos crimes cometidos contra o patrimônio, indistintamente, reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- b) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de metade.
- c) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- e) Nos crimes e nas contravenções, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

39) A embriaguez completa e fortuita é:

- a) Causa de diminuição de pena.
- b) Causa atenuante de pena.
- c) Causa excludente de antijuridicidade.
- d) Causa de isenção de pena.
- e) Não interfere na imputabilidade penal.

40) Acerca dos regimes de cumprimento de pena e sua disciplina pelo Código Penal, analise as assertivas, a seguir:

- I. O regime semiaberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.
- II. O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.
- III. O condenado, que cumprir pena em regime semiaberto, fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
- IV. O trabalho externo é admissível no regime aberto, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) IV.

41) Sobre o crime de Lesão Corporal e sua disciplina no Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caracteriza lesão corporal de natureza grave a ofensa à integridade corporal, da qual resulte à vítima perigo de vida.
- b) Caracteriza lesão corporal de natureza grave a ofensa à integridade corporal, da qual resulte à vítima perda de sentido ou função.
- c) Os crimes de lesão corporal admitem substituição da pena de detenção por pena de multa se as lesões forem recíprocas entre os agentes ou se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- d) O crime de lesão corporal admite o perdão judicial se as lesões forem recíprocas entre os agentes.
- e) Não configura violência doméstica a lesão corporal praticada pelo agente contra vítima com quem conviva ou tenha convivido, se inexistir o vínculo de parentesco sanguíneo.

42) O crime de roubo impróprio, previsto no artigo 157, parágrafo 1º, do Código Penal, caracteriza-se com o emprego de:

- a) Violência imprópria, após a subtração da coisa.
- b) Violência própria, durante a subtração.
- c) Violência imprópria, apenas.
- d) Qualquer modalidade de violência.
- e) Violência própria, apenas.

43) Com relação às imunidades previstas pelos artigos 181 a 183 do Código Penal, no que toca aos crime contra o patrimônio, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É isento de pena o agente que comete quaisquer dos crimes contra o patrimônio de cônjuge, ainda que finda a sociedade conjugal.
- b) É isento de pena o agente que comete quaisquer dos crimes contra o patrimônio de ascendente ou descendente, se legítimo o parentesco.
- c) Somente se procede mediante representação se o crime contra o patrimônio é cometido contra irmão, exceto nos casos de roubo ou extorsão.
- d) Somente se procede mediante representação se o crime contra o patrimônio é cometido contra tio ou sobrinho, se houver relacionamento íntimo entre vítima e agente.
- e) Não se aplicam as imunidades se o crime contra o patrimônio é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

44) Em relação aos crimes de corrupção ativa e corrupção passiva, analise as assertivas abaixo:

- I. Comete corrupção passiva o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- II. O funcionário que pratica ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido de outrem, comete o crime de corrupção passiva, ao passo que o particular que, apenas, pediu, não comete crime de corrupção ativa.
- III. São sempre crimes de concurso necessário ou bilateral.
- IV. A corrupção passiva, na hipótese em que o funcionário público solicita a vantagem indevida, não enseja a responsabilização do particular pela prática do crime de corrupção ativa, pois não se pune a conduta de entregar a vantagem, ainda que indevida, ao funcionário público.

Está INCORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) IV.

45) Com relação às disposições da Lei Federal nº 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos), assinale a alternativa CORRETA:

- a) A progressão de regime, no caso de condenados a crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário, e de três quintos, se reincidente.
- b) A prisão temporária, em se tratando de crimes hediondos, terá o prazo de quinze dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) A pena por crime hediondo será cumprida integralmente em regime fechado.
- d) O homicídio simples, em hipótese alguma, poderá ser classificado como hediondo.
- e) Os crimes hediondos, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo admitem fiança, graça e indulto, mas não admitem anistia.

DIREITO PROCESSUAL

46) Segundo o Código de Processo Penal, estão isentos do serviço do Júri, EXCETO:

- a) Os militares em serviço ativo.
- b) Os Prefeitos e seus respectivos Secretários.
- c) Os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- d) Os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa.
- e) Os Governadores e seus respectivos Secretários.

47) No procedimento previsto para processo e julgamento de crime afiançável, cuja responsabilidade é atribuída a funcionários público:

- a) Estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para comparecer em audiência prévia, que se realizará dentro de 30 (trinta) dias.
- b) Estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a intimação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- c) Estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação das partes, para comparecer em audiência prévia, que se realizará dentro de 15 (quinze) dias.
- d) Estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado para responder por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
- e) Estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

48) Considere as seguintes afirmações, referentes ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997):

- I. Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- II. Da decisão que decretar a suspensão ou a medida cautelar, ou da que indeferir o requerimento do Ministério Público, caberá recurso de apelação, sem efeito suspensivo.
- III. Em qualquer fase da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.
- IV. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos no Código Brasileiro de Trânsito, não se admite a aplicação das normas gerais do Código de Processo Penal. Entretanto, admite-se a aplicação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

49) Com relação à fase preliminar do processo em trâmite no Juizado Especial Criminal, NÃO está correto o que se afirma em:

- a) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de medida alternativa restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta.
- b) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.
- c) Na hipótese de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.
- d) O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.
- e) A imposição de medida alternativa restritiva de direitos ou multa, decorrente de proposta do Ministério Público e aceita pelo autor da infração, não constará de certidão de antecedentes criminais, mas produz efeitos civis, cabendo aos interessados propor a execução no juízo cível competente.

50) Analise as afirmações referentes à concessão de indulto e anistia e indique a alternativa CORRETA:

- a) Concedida a anistia, o Juiz, somente através de requerimento do interessado ou do Ministério Público, por proposta da autoridade administrativa ou do Conselho Penitenciário, declarará extinta a punibilidade.
- b) O indulto individual depende de provocação exclusiva do interessado, após parecer elaborado pelo Conselho Penitenciário ou pela autoridade administrativa.
- c) A petição do indulto, acompanhada dos documentos que a instruírem, será entregue ao Conselho Penitenciário, para a elaboração de parecer e posterior encaminhamento ao Ministério da Justiça.
- d) Processada no Juízo da Execução Criminal com documentos e o relatório do Conselho Penitenciário, a petição do indulto será submetida a despacho do Ministro da Justiça, a quem serão remetidos os autos do processo ou a certidão de qualquer de suas peças, se ele o determinar.
- e) Concedido o indulto e anexada aos autos cópia do decreto, o Juiz certificará o trânsito em julgado, para fins de conhecimento do interessado e do Conselho Penitenciário.

51) Leia as seguintes assertivas, referentes ao procedimento comum:

- I. O procedimento comum pode ser ordinário, sumário ou especial.
- II. O procedimento será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- III. O juiz poderá determinar a emenda da denúncia ou queixa quando identificar a falta de algum pressuposto processual.
- IV. O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, prorrogar o prazo para alegações finais por mais 20 (vinte) minutos. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

52) Com relação aos estabelecimentos prisionais, disciplinados na Lei de Execução Penal, indique a alternativa CORRETA:

- a) Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao infrator e preso provisórios e ao egresso.
- b) As penitenciárias masculina e feminina serão construídas em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.
- c) A Colônia Agrícola, Industrial ou similar deve situar-se em centro urbano, separado dos demais estabelecimentos, e caracterizar-se pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga.
- d) A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime semi-aberto.
- e) Na penitenciária, o condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

53) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo:

- a) Não se admite a proposta de aplicação de medida alternativa restritiva de direitos ou multa.
- b) A proposta de aplicação imediata de medida alternativa restritiva de direitos ou multa, prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, poderá ser formulada, independentemente da recuperação do dano ambiental.
- c) A proposta de aplicação imediata de medida alternativa restritiva de direitos ou multa, prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, fica a critério do representante do Ministério Público, em face da extensão do dano.
- d) A proposta de aplicação imediata de medida alternativa restritiva de direitos ou multa, prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.
- e) Admite-se a aplicação imediata de medida alternativa restritiva de direitos e multa, prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, desde que o acusado apresente plano de recuperação do dano ambiental.

54) A lei admite a prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes, EXCETO:

- a) Extorsão.
- b) Extorsão mediante sequestro.
- c) Perigo para a vida ou saúde de outrem.
- d) Epidemia com resultado morte.
- e) Crimes contra o sistema financeiro.

55) Considere as seguintes afirmativas relativas ao domicílio, de acordo com o disposto no Código Civil:

- I. Se uma pessoa exercer profissão em lugares diversos, será considerado seu domicílio aquele onde ela se encontra, independentemente da relação que lhe corresponda.
- II. O domicílio da União é Brasília; dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; e do Município o lugar onde funcione a administração municipal.
- III. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- IV. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado tanto no Distrito Federal, como no último ponto do território brasileiro onde o teve.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

56) Com relação aos defeitos dos negócios jurídicos, indique a alternativa CORRETA:

- a) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é nula nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- b) Nas hipóteses de coação e lesão contra pessoa não pertencente à família do paciente, a legislação prevê que a existência do vício de vontade será reconhecida pelo juiz de acordo com as circunstâncias.
- c) Não se decretará a anulação do negócio praticado mediante lesão se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
- d) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma poderá alegá-lo para anular o negócio, mas poderão ser indenizadas pelos prejuízos.
- e) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando estiver implícito que foi a razão determinante para celebração do negócio.

57) Segundo a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, compete aos Estados disciplinar a aprovação, pelos Municípios, de loteamentos e desmembramentos localizados em áreas de interesse especial. Nessa hipótese, as áreas de interesse especial serão definidas através de:

- a) Resolução.
- b) Decreto.
- c) Lei especial.
- d) Lei ordinária.
- e) Lei complementar.

58) De acordo com o que dispõe o Código Civil sobre a posse, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis e necessárias; não lhe assistindo o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
- b) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa a que não deu causa.
- c) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado estando ela na posse do reivindicante.
- d) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; mas tem direito às despesas da produção e custeio.
- e) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

59) Leia as seguintes afirmações:

- I. O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, é de três anos, se incompetente a autoridade celebrante; e de quatro anos, se houver coação.
- II. O Código Civil prevê que a anulação do casamento dos menores de dezesseis anos será requerida pelo próprio cônjuge menor.
- III. Embora anulável ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos mesmo depois da sentença anulatória.
- IV. Subsiste o casamento celebrado por aquele que, sem possuir a competência exigida na lei, exercer publicamente as funções de juiz de casamentos e, nessa qualidade, tiver registrado o ato no Registro Civil.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

60) Com relação à proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, disciplinada na Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, NÃO está correto o que se afirma em:

- a) É direito da pessoa portadora de transtorno mental ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis.
- b) A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
- c) Considera-se internação compulsória aquela determinada pela Justiça.
- d) O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.
- e) Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos poderão ser realizadas, independente do consentimento do paciente, observada a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.

61) “Boa Ideia Ltda.”, pessoa jurídica regularmente constituída, contrata a prestação de serviços de telefonia da empresa “Liga Pra Mim S/A”. Considerando a existência de cláusulas abusivas nesse contrato, o Código de Defesa do Consumidor determina que:

- a) São anuláveis as cláusulas contratuais que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos serviços.
- b) Não se aplicam as regras de proteção previstas na Lei nº 8.078/1990, pois pessoa jurídica não se enquadra no conceito de consumidor.
- c) É dever do representante legal da pessoa jurídica consumidora requerer à entidade que o represente ou ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.
- d) São nulas as cláusulas contratuais que atenuem a responsabilidade do fornecedor por defeitos de qualquer natureza dos serviços. Entretanto, a indenização deverá ser aquela pactuada no respectivo instrumento.
- e) São nulas de pleno direito, as cláusulas contratuais que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos serviços. Entretanto, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis.

62) Analise as seguintes afirmações, relativas às formas ordinárias do testamento:

- I. Se estiver fechado o codicilo, abrir-se-á do mesmo modo que o testamento público.
- II. O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não o souber, será lido pelo tabelião ou por seu substituto legal, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.
- III. Em circunstâncias excepcionais declaradas na cédula, o testamento particular de próprio punho e assinado pelo testador, sem testemunhas, poderá ser confirmado, a critério do juiz.
- IV. O testamento pode ser escrito em língua nacional ou estrangeira, pelo próprio testador, ou por outrem, a seu rogo.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

63) Com relação ao regime de participação final nos aquestos, disciplinado no Código Civil, pode-se afirmar que:

- a) Se um dos cônjuges solveu uma dívida do outro com bens do seu patrimônio, o valor do pagamento deve ser atualizado e imputado, na data da dissolução, à meação do outro cônjuge.
- b) O direito à meação pode ser renunciado, cedido ou penhorado na vigência do regime matrimonial.
- c) Na dissolução do regime de bens por separação judicial ou por divórcio, verificar-se-á o montante dos aquestos à data da dissolução, por valor equivalente ao da data de aquisição.
- d) As coisas móveis, em face de terceiros, presumem-se do domínio do cônjuge devedor, independentemente se o bem for de uso pessoal do outro.
- e) Os bens imóveis são de propriedade do cônjuge cujo nome constar no registro. Entretanto, se impugnada a titularidade, caberá ao impugnante provar a aquisição irregular dos bens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

64) Com relação às partes no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações.
- b) Nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários, basta a citação de um dos cônjuges.
- c) Nas ações fundadas em dívidas contraídas por um dos cônjuges a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou os seus bens reservados, basta a citação de um dos cônjuges.
- d) Nas ações possessórias, nos casos de comosse, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável.
- e) Em todas as ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.

65) Com relação à intervenção de terceiros no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nas causas em que é oferecida a oposição, o juiz decidirá primeiro a lide principal, em seguida, a oposição.
- b) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá chamar ao processo o proprietário ou o possuidor.
- c) A denunciação da lide é obrigatória ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
- d) Nas causas em que interveio o assistente, simples ou litisconsorcial, uma vez transitada em julgado a sentença, este não poderá, em hipótese alguma, em processo posterior, discutir a justiça da decisão.
- e) Nas causas em que interveio o assistente, a parte principal não poderá reconhecer a procedência do pedido, desistir da ação ou transigir sobre direitos controvertidos.

66) Com relação à intervenção do Ministério Público no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação dos atos em que houver interesse público, sob pena de nulidade do processo.
- b) Compete ao Ministério Público intervir nas causas concernentes à declaração de ausência e disposições de última vontade.
- c) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos a qualquer momento.
- d) O Ministério Público intervirá no processo civil conforme o livre e prudente arbítrio do juiz.
- e) Compete ao Ministério Público intervir em todas as ações que envolvam litígios pela posse da terra rural.

67) Com relação à disciplina da competência no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, pode o juiz mandar sobrestar no andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal; não se pronunciando a justiça criminal em noventa dias, a questão prejudicial será decidida pelo juiz cível.
- b) A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes, mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo o foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.
- c) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- d) A competência, em razão do valor e do território poderá modificar-se pela conexão ou continência.
- e) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir, enquanto que a continência se dá entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

68) Com relação ao Juiz, no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz responderá por danos que causar à parte apenas nos casos em que proceder com dolo ou fraude.
- b) É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo, contencioso ou voluntário, quando alguma das partes for credora ou devedora.
- c) Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando este for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.
- d) Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando este funcionou como órgão do Ministério Público.
- e) É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo quando nele já estiver postulando como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral até o segundo grau.

69) Com relação aos atos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- b) Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.
- c) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
- d) As partes podem, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos processuais.
- e) Os atos processuais realizar-se-ão, em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas

70) São requisitos para a antecipação dos efeitos da tutela, EXCETO:

- a) Verossimilhança da alegação.
- b) Previsão expressa da medida em lei.
- c) Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- d) Abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- e) Inexistência de perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

71) Acerca do recurso de apelação e sua disciplina no Código de Processo Civil, assinale alternativa CORRETA:

- a) A apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada, salvo as questões não julgadas por inteiro pela sentença.
- b) No julgamento da apelação ficam também submetidas à apreciação pelo Tribunal as questões anteriores à sentença, se já decididas.
- c) Nos casos de indeferimento da inicial, o autor poderá apelar, sendo facultado ao juiz, em quarenta e oito horas, reformar sua decisão. Mantida a decisão, os autos serão, imediatamente, remetidos ao Tribunal competente.
- d) Nas hipóteses em que, liminarmente, for julgada improcedente a ação, por versar apenas sobre matéria de direito e por já haver sido, em casos idênticos e no mesmo juízo, proferida sentença de improcedência, o autor poderá apelar e ao juiz não é facultado rever a decisão.
- e) A decisão acerca da impugnação ao cumprimento de sentença é recorrível mediante apelação.

72) Com relação aos Juizados Especiais Cíveis e sua disciplina na Lei Federal nº 9.099/95, analise as assertivas, a seguir:

- I. Não se admite qualquer forma de intervenção de terceiros, nem de assistência. Todavia, admite-se o litisconsórcio.
- II. As pessoas jurídicas qualificadas, nos termos da lei, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público poderão propor ação perante o Juizado Especial Cível.
- III. Nas causas de valor até trinta salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- IV. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e IV.

DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

73) Com relação às disposições do ECA, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O direito de liberdade não abrange a diversão.
- b) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no mínimo, a cada 6 (seis) meses.
- c) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, como regra, não se prolongará por mais de dois anos.
- d) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, ressalvadas as designações discriminatórias relativas à filiação.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais, a depender do caso concreto, poderá constituir motivo suficiente para a suspensão do poder familiar.

74) Com relação às entidades de atendimento às crianças e adolescentes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.
- b) As entidades governamentais não poderão sofrer fiscalização dos Conselhos Tutelares.
- c) Os programas em execução das entidades de atendimento serão reavaliados pelo Conselho Tutelar a cada dois anos.
- d) O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao tutor, para todos os efeitos de direito.
- e) As entidades não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao passo que as entidades governamentais estão dispensadas da inscrição.

75) Com base nas disposições do ECA, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos próprios pais.
- b) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, separadamente, apenas, após o nascimento.
- c) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.
- d) O reconhecimento do filho havido fora do casamento pode suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.
- e) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

76) Com relação à medida de internação prevista nos artigos 121 e seguintes do ECA, é CORRETO afirmar que:

- a) Não admite a realização de atividades externas.
- b) Comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses.
- c) Durante o período de internação, inclusive provisória, é facultada a realização de atividades pedagógicas.
- d) Atingida a idade de vinte e um anos, o adolescente será liberado, independentemente de autorização judicial.
- e) A medida de internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta não poderá ser superior a 3 (três) meses.

77) Com relação ao Conselho Tutelar, analise as seguintes assertivas:

- I. O Conselho Tutelar é órgão permanente e vinculado ao Poder Judiciário, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA.
- II. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- III. O candidato a membro do Conselho Tutelar deve ter idade mínima de vinte e cinco anos.
- IV. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada dois anos.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) IV.

78) A sentença que defere a adoção:

- a) Está sujeita a apelação, que será recebida, apenas, no efeito devolutivo, como regra.
- b) Está sujeita a apelação, que será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo, sempre.
- c) Poderá ser inscrita no registro civil mediante mandado, do qual se fornecerá certidão.
- d) Confere ao adotado o nome do adotante, vedada a modificação do prenome.
- e) Em se tratando de adoção internacional, está sujeita a reexame necessário.

79) Quanto à atuação do Ministério Público, no âmbito do ECA, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A intimação do Ministério Público, nos processos em que figure criança ou adolescente em situação de risco, será feita pessoalmente.
- b) As manifestações processuais do representante do Ministério Público dispensam fundamentação.
- c) Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de extinção do processo.
- d) Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de suspensão do processo.
- e) Compete ao Ministério Público instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.

80) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Constitui crime punido com detenção seis meses a dois anos, deixar o médico de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- b) Os crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente podem ser de ação penal pública condicionada à representação ou de ação penal pública incondicionada.
- c) Constitui crime punido com detenção de um a três anos, hospedar criança desacompanhada do pai ou responsável, em motel.
- d) Incorre em multa o pai que descumpre, ainda que culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar.
- e) Não configura crime a promessa de entrega de filho a terceiro, ainda que mediante paga ou recompensa.

81) Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e Juventude, conforme dispõe o artigo 198, da Lei Federal nº 8.069/90, adotou-se o sistema recursal:

- a) Do Código de Processo Penal, com adaptações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) Do Código de Processo Civil, com adaptações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) Do Código de Processo Civil, integralmente.
- d) Do Código de Processo Penal, integralmente.
- e) Do Estatuto da Criança e do Adolescente, que instituiu um sistema recursal próprio.

82) Com base no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Interesses ou direitos difusos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- b) Interesses ou direitos coletivos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c) Interesses ou direitos individuais homogêneos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- d) Interesses ou direitos individuais homogêneos são aqueles decorrentes de origem comum.
- e) Interesses ou direitos difusos são aqueles decorrentes de origem comum.

83) Acerca das disposições da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), assinale a alternativa CORRETA:

- a) A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- b) A propositura de ação civil pública prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam as mesmas partes.
- c) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, infrações a ordem econômica, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- d) Aplica-se à ação civil pública, prevista na lei em questão, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, naquilo que não contrarie suas disposições.
- e) Todos os legitimados para a propositura de ação civil pública poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

84) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos termos da Lei Federal nº 4.717/65 (Lei de Ação Popular), os atos lesivos ao patrimônio público serão nulos, nos casos de ilegalidade do objeto e desvio de finalidade, e anuláveis, nos casos de incompetência e vícios de forma.
- b) Segundo a Lei Federal nº 4.717/65 (Lei de Ação Popular), a pessoa jurídica de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ao passo que a pessoa jurídica de direito público deverá contestar o pedido, defendendo a legalidade o ato impugnado.
- c) No âmbito da ação popular, a pessoa jurídica de direito público, optando por contestar a ação, não poderá ao final, em caso de procedência, promover a execução da sentença.
- d) O regime da coisa julgada da ação popular segue as regras do Código de Processo Civil.
- e) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação popular procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.

85) Com relação ao mandado de segurança e sua disciplina pela Lei Federal nº 12.016/09, analise as assertivas:

- I. Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama.
- II. O pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado, ainda que a decisão denegatória não lhe tenha apreciado o mérito e, ainda que não tenha decorrido o prazo decadencial.
- III. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
- IV. A inicial deverá ser emendada, no prazo de 10 (dez) dias, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

86) Com relação à Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade administrativa), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No caso de a ação de improbidade ter sido proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal.
- b) Constitui crime, punível com detenção de seis a dez meses e multa, a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- c) A autoridade judicial, no curso da ação de improbidade administrativa, poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, suspensão de direitos políticos e outras medidas que se fizerem necessárias à instrução processual.
- d) É aplicável a lei em questão, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- e) Estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

87) Com relação ao Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/03), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Constitui crime a conduta de deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento.
- b) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.
- c) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- d) O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- e) Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo.

88) Acerca das disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em caso de vício não sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor, exigir, nessa ordem: substituição do produto por outro da mesma espécie; restituição imediata da quantia paga; abatimento proporcional do preço.
- b) O fornecedor poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, todavia, deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.
- c) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- d) O fabricante será responsabilizado por dano decorrente de seu produto, ainda que prove que não o colocou no mercado.
- e) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

89) Sobre as disposições da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) acerca do arquivamento do inquérito civil, assinale a INCORRETA:

- a) A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.
- b) Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.
- d) Até que, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público, seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão os órgãos públicos legitimados apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação.
- e) Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

90) Podem tomar compromisso de ajustamento de conduta:

- a) O Ministério Público, a Defensoria Pública e as Associações.
- b) A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
- c) O Ministério Público, apenas.
- d) Todos os legitimados para a propositura da ação civil pública.
- e) As Associações e os Sindicatos.